

ECONOMIA - BRASIL

Conjuntura Scheinkman considera "muito difícil" concluir um acordo de transição com o FMI

Risco político torna vulnerabilidade do país mais explícita

Denise Neumann
De São Paulo

O Brasil vai conviver com a volatilidade dos mercados e com taxas de risco elevadas até as eleições presidenciais de outubro. E dependendo de quem vencer o pleito, a instabilidade pode perdurar mais alguns meses. A avaliação está implícita nos cenários traçados pelos economistas José Alexandre Scheinkman, da Universidade de Princeton, e Affonso Celso Pastore, presidente do Banco Central.

Para os dois, o risco político exacerba vulnerabilidades que a economia brasileira adquiriu ou ampliou nos últimos anos. E a redução do risco político, avaliam, não é tarefa fácil.

O pacote tranqüilizador desenhado pelos economistas precisa combinar um acordo de transição com o Fundo Monetário Internacional (FMI), planos dos candidatos à Presidência consistentes com a manutenção do superávit fiscal e, ainda, se necessário, aprofunda-

mento do ajuste fiscal. Esse tripé foi discutido, ontem, na palestra de abertura do Encontro Latino-americano da Sociedade de Econometria (Lames), realizado na Fundação Getúlio Vargas.

Os dois dão pesos diferentes às pernas do tripé. Scheinkman gostaria de ver o anúncio de um acordo de transição com o FMI, mas considera essa possibilidade "muito difícil". "Existe uma incerteza sobre qual deve ser a política do Fundo em uma situação como a brasileira. Quando foi feito o acordo de transição da Coreia, havia uma visão clara de que esta era uma boa forma de atuação. Hoje o FMI não tem essa clareza", avaliou.

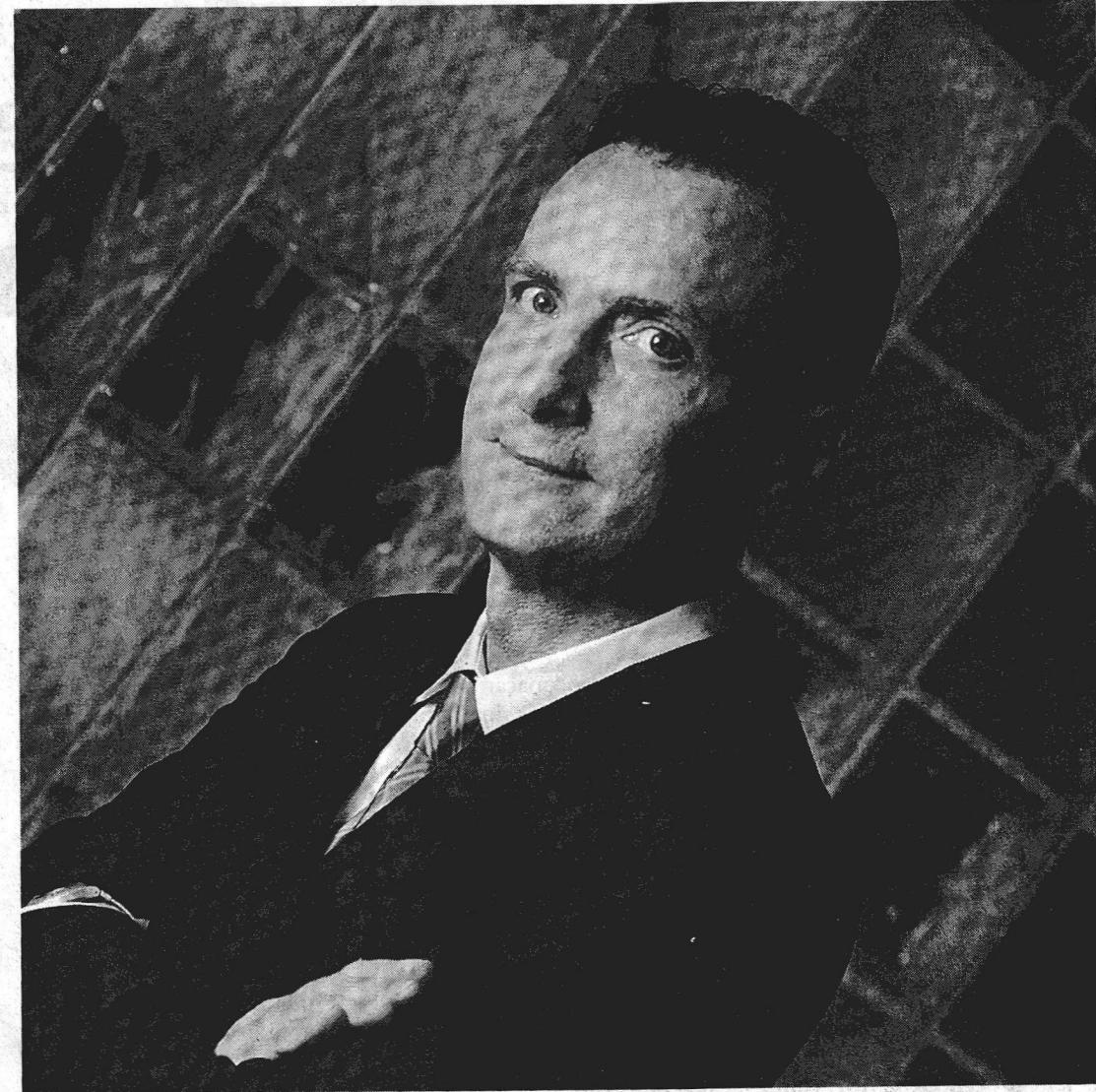
Scheinkman diz que planos consistentes na questão fiscal por parte dos candidatos à sucessão de Fernando Henrique também "ajudariam na redução do risco". Mas ele mesmo concorda que a falta de consistência dos planos econômicos é uma realidade de todas as campanhas políticas. Aconteceu nos Estados

Unidos e na França e está acontecendo no Brasil.

Pastore insiste na necessidade de aprofundar o ajuste fiscal. E isso, explica ele, "também" passa por um superávit fiscal superior a 3,75% do PIB. Ele diz que em 2003 é preciso dar sinais claros de que o superávit necessário para reduzir a relação dívida/PIB será perseguido e, ao mesmo tempo, o novo governo vai mirar na qualidade das receitas e despesas do governo.

Para Pastore, o Brasil possui duas vulnerabilidades: uma externa e outra interna e elas estão interligadas, uma influencia a outra. Ele diz que o Brasil não possuía um déficit crônico em conta corrente, mas ele foi criado com a política cambial do início do Plano Real. E hoje o país precisa de US\$ 50 bilhões/ano para financiar seu balanço de pagamentos e 40% da dívida pública é ligada ao câmbio (ou é em dólar ou é em títulos indexados ao câmbio).

A crise internacional está contraindo o fluxo de recursos para to-



José Alexandre Scheinkman: cenário melhoraria se candidatos à Presidência tivessem planos mais consistentes

dos os emergentes. A situação do Brasil piora, na avaliação de Pastore, porque os investidores olham para as políticas macroeconômicas defendidas por alguns candidatos e lêem nelas um programa de expansão de gastos públicos não consistente com a necessidade de um ajuste fiscal que equilibre a relação entre dívida e PIB.

Scheinkman afirmou textualmente que o programa econômico apresentado pelo PT não deixa claro como o partido pretende ampliar os programas sociais e, ao mesmo tempo, manter o superávit fiscal em 3,75% do PIB. Pastore e Scheinkman não vêem nenhuma relação entre a atual crise americana e a crise de 1929. "As

características da crise atual são extraordinariamente mais benignas que as de 29", afirmou Pastore. O Fed (o banco central americano), é hoje muito mais experiente e, se naquela ocasião, a instituição acentuou a recessão ao contrair os recursos para os bancos, hoje a atuação seria completamente diferente, avalia Pastore.